

**Dionísio Pereira**

**Emigrantes, exilados e perseguidos  
a comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)**

EMIGRANTES, EXILADOS E PERSEGUIDOS  
A COMUNIDADE PORTUGUESA NA GALIZA (1890-1940)

1ª edição dezembro 2013  
© 2013 AGAL  
Associação Galega da Língua  
editora@agal-gz.org  
www.atraves-editora.com

© 2013 Dionísio Pereira

ISBN: 978-84-87305-78-8  
Depósito legal: C 2309-2013

Adaptação e correção: Fernando Vázquez Corredoira  
Coordenação editorial: Marta L. Macias  
Conceção gráfica: Miguel R. Penas  
Desenho das capas: Pancho Lapeña  
Imprime: Gráficas Garabal

*Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor*

# Índice

Limiar - Lourenzo Fernández Prieto, **11**

1. Os primórdios de uma emigração silenciosa e inserta no mundo rural, **23**

2. Emigração portuguesa e mercado de trabalho na Galiza republicana, **49**

3. Os exilados, **67**

4. Guerra Civil e repressão franquista contra os portugueses, **101**

5. Estratégia da diplomacia portuguesa face às represálias: aparências e realidades, **139**

6. Fugidos e guerrilheiros: perseguição e solidariedade na “raia seca”, **165**

7. Conclusões, **197**

Epílogo: Anti-sepulcro. Desprivatização de memórias, memória pública e contra-hegemonias - Paula Godinho, **203**

Fontes, **213**

Anexo. Micro-biografias de vítimas de represálias, **233**

## Epílogo

### *Anti-sepulcro*

### Desprivatização de memórias, memória pública e contra-hegemonias<sup>208</sup>

Paula Godinho, FCSH/UNL

Há uns anos, em Vilardevós, um concelho que faz fronteira com Chaves e Vinhais, uma velha mulher galega interpelou-me: conheceria eu uma determinada canção portuguesa? Começou a trautear uma música popular, num português sem sotaque. Contou-me como, sendo muito pequena, na casa dos seus avós se acolhiam trabalhadores que construíam a ferrovia entre Ourense e Samora. Uma manhã, acordou com um alvoroço inabitual, em casa e na aldeia: de noite tinham levado esses homens, mais outros da aldeia, *de passeio*. Este eufemismo, aparentemente tão amável, encobria em todo o Estado espanhol, nos primeiros anos do franquismo, a mais atroz realidade. Os homens tinham sido mortos, depois de levados pelos sequazes franquis-

---

208 Texto construído a partir do que foi lido na homenagem realizada em 12/5/2012 em Monção aos portugueses mortos pelo franquismo.

tas. Os residentes da aldeia galega já tinham encontrado alguns dos corpos. Quanto aos outros, só desconfiavam de um chão demasiado remexido, num ponto do termo da povoação chamada Campobezeros. A ela, pequenina, não a deixaram aproximar. Ela, pequenina, não esqueceu. Não esqueceu a cantiga que lhe ensinaram aqueles homens enquanto a balançavam, em cavalinho, nas pernas cruzadas, como tanto fazemos aos nossos meninos. Não esqueceu o momento da perda. Embora não esquecendo, longamente não pôde recordar em público.

Esta é uma de tantas memórias que foram longamente privatizadas, domesticadas, silenciadas, porque perigosas. E é uma memória das que urge comemorar, no sentido de recordar em conjunto, como se fez em várias homenagens, como a que teve lugar na aldeia de Cambedo da Raia em dezembro de 1996, em Monção em 12 de maio de 2012, e em Campobezeros-Portocamba (Castrelo do Val) em 23 de junho de 2012. Também nos lembra que a estas pessoas não as mataram por serem portuguesas, mas por serem anti-franquistas e fiéis à imensa honra de estar vivos, de pensar, de trabalhar e de agir na construção de um mundo melhor, mais justo, mais igualitário. Não lembrar estes mortos seria permanecer no que Giorgio Agamben denomina a *zona infame de irresponsabilidade* e permitir “a terrível, a indizível, a impensável *banalidade do mal*”, referida por Hanna Arendt.

Quero agradecer sobretudo ao meu colega Dionísio Pereira o seu trabalho precioso, no âmbito do *Proxecto Nomes e Voces* dirigido por Lourenzo Fernández Prieto. É Dionísio, com a sua investigação, que apura estes nomes, entre um macabro conjunto ainda em aberto, sem escamotear o quão provisórias são as certezas, pois os nomes e as vozes caladas abruptamente poderão ser mais, numa zona de sombra de que preferimos, na memória em pedra, só dar conta das certezas atuais. Se não lhes podemos dar voz, resgatámo-los todavia de uma amnésia que se prolongou demasiado.

Este ato coletivo une universidades, associações, autarquias, neste «nós» que aqui criamos por estar juntos, respirar o mesmo ar e conjugar vontades – como as que no *Memorial do Convento*, de José Saramago, faziam erguer a nave. Congratulo-me por estar numa homenagem em que são

audíveis os falares dos dois lados desta fronteira que nos une. Saúdo todas as pessoas presentes – e são tantas - comovida porque vieram, e porque assim integram as *vontades* que erguem todas as sonhadas passarolas. Se aqui estão, é porque, como eu, acreditam que serão ocas as sociedades sem memória, embora estejamos a viver um tempo em que parecem condenar-nos a um presente eterno, indesejável, terrível. Atos como este ajudam-nos a olhar para trás para ter a certeza de que o futuro existe, pois foi por ele que caíram os que hoje aqui lembramos.



**Singelo monumento dedicado aos carrilanos portugueses assassinados em Portocamba, colocado pola Câmara Municipal de Castro do Val (Ourense) e o Projeto “Nomes e Voces”, 2012.**

Gostaria de convosco interrogar três assuntos e depois terminar com uma carta. O primeiro tema tem a ver com estas memórias e com a longa impossibilidade de as desprivatizar, de as tornar públicas, comuns, gravando num *lugar de memória* aquilo que começa a ser cada vez mais difícil fixar num *meio de memória*, ou seja, num coletivo de pessoas que tenha presenciado os acontecimentos. Essa impossibilidade deveu-se em primeiro lugar às ditaduras, que em ambos os lados desta fronteira que nos une, foram longas.

Devido ao encerramento do espaço público para a ação política, essas memórias rechaçadas foram remetidas para a esfera familiar, privada, em paralelo com o silêncio a que eram remetidos na esfera pública os «vermelhos», os republicanos, os socialistas, os anarquistas.

Mas também os processos políticos que avançaram para regimes considerados como democráticos não tiveram longamente interesse no resgate destas memórias. Privatizadas pelo medo da repressão, mas igualmente pelo consentimento, encontram hoje condições para serem retomadas, em termos coletivos. Estamos aqui em resistência coletiva contra o apagamento da memória destas pessoas e, através delas, dos tempos que os baniram. Esta resistência coletiva, que hoje assume um formato mais evidente, constituiu ao longo de décadas uma *transcrição escondida*, só passível de ativação em coletivos e situações precisas, numa alusão ao conceito de James C. Scott. Estamos aqui a restaurar aquilo a que Raymond Williams chamou «*passado signifiante*» e a pugnar para que se torne hegemónica a memória dos que lutaram contra os fascismos.

Com este ato, não permitimos a denegação da História daquelas e daqueles que lutaram e sofreram em gerações anteriores; não permitimos que seja deslegitimado o que fizeram e aquilo em que acreditaram; não permitimos que se faça tábua-rasa da repressão que estes e suas famílias sofreram. Ou seja, recusamos o apoliticismo que confisca as memórias, a sua privatização e da sua individualização, de forma a torná-las inócuas. O “*dever de memória*” de que fala Primo Levi, assenta nos testemunhos, recolhidos sobretudo por Dionísio Pereira. Paradoxalmente, os «verdadeiros»

testemunhos, os testemunhos integrais, são os daqueles que não puderam nem poderão testemunhar. Se o passado pertence aos mortos, resgatar a sua memória é projetá-los e reconhecer o seu exemplo para o futuro.

Recuperar esta memória de pedra é dizer que uma página ignominiosa da história foi escrita há mais de sete décadas, que são irrecuperáveis as vidas dos assassinados, mas que agora mesmo, em múltiplos pontos do mundo, outras funestas páginas estão a ser escritas, num combate que persiste e numa batalha ainda não ganha. Em pedra o gravámos e com as palavras ditas o reiteramos aqui.

O segundo tema tem a ver com os que hoje aqui homenageamos. A gravação em pedra do nome destas 56 pessoas não significa que petrifiquemos a sua memória<sup>209</sup>. Unimo-los numa placa, em Monção, embora tivessem sido mortos em locais diversos da Galiza. Provinham de Portugal, ali mesmo ao lado, ou de sítios mais a sul, numa fronteira cuja permeabilidade fora testada e comprovada em múltiplos momentos da história. Sabemos que eram trabalhadores, muitos deles pobres, que tinham emigrado para fugir à fome num sítio – o de nascimento ou qualquer outro para onde já tivessem partido, pois como escreve o poeta Ruy Belo, *os pobres, esses, conhecem tudo*. Em suma, Portugal empurrara-os para fora – como faz agora com tantos dos nossos jovens – à procura de melhor vida. A identidade nacional é só uma das identificações de cada um de nós. Somos também membros de uma família, comungamos uma dada construção de género, partilhamos uma geração. A nação é um dos quadros sociais em que nos construímos. Se, com Fernando Pessoa, podemos dizer que «a minha pátria é a língua portuguesa», esta tão gemelar língua galega talvez tenha ajudado estes homens a encontrar outras identidades do outro lado da “raia” seca ou depois de atravessar o rio Minho. A identificação de classe, irmanando-se com os que partilhavam uma idêntica condição; a sindical, unindo-se na

---

209 Como bem diz Paula, sempre falamos em termos de mínimos; na altura, em maio de 2012, tínhamos documentado o assassinio de 56 portugueses e portuguesas. Até hoje, a sinistra contabilidade monta até 68 vítimas.

defesa coletiva dos seus direitos; a política, juntando-se aos que consigo partilhavam idêntico ideário; a dos amores nascidos e das famílias entretanto constituídas.

Os mortos que aqui recuperámos foram agentes de uma história. Como nos lembra Karl Marx, cada um de nós é mais filho da sua época que dos seus pais. Os que aqui homenageamos hoje são portugueses pelo nascimento. Porém, sabemos que o *alfa* e o *ómega* das nossas vidas nos escapam – e os deles ainda mais lhes fugiram, com o tempo de vida definitivamente encurtado por uma morte decidida por outros, à mercê de outrem. Todos nascemos num dado lugar, num sítio, mas faz parte da margem de liberdade do humano o espaço que conquistamos, as ideias e as práticas em que as materializamos, os sonhos que perseguimos e nos dão sentido. Os que aqui homenageamos foram antifascistas, num tempo em que os campos que se tinham de escolher eram dois. Terão escolhido o seu.

Vivemos um tempo, como recorda Enzo Traverso, que glorifica as vítimas, mas esquece os combatentes. Todos os que aqui homenageamos foram vítimas, embora possam ter sido também combatentes. Os seus nomes ali ficam, para que se lembrem, para que sejam lidos, em voz alta de preferência. O que queremos com esta homenagem é que ela seja, numa paráfrase de um poema de Manolo Rivas, um *anti-sepulcro*.

O terceiro tema tem a ver com a memória e a sua relação com a esperança. Nesta semana, ao reencontrar uma velha comunista cuja história de vida há muitos anos recolhi, numa povoação do Sul de Portugal, o Couço, com uma história insurgente contra a tirania e a exploração que percorre todo o século XX, recordei-me de uma pergunta que ela me fez há quase 20 anos, antes de aceder a que a gravasse: *isto vai servir para alguma coisa, não?* Para a minha entrevistada, não era a minha comezinha tese de doutoramento que justificava o depoimento, como não era o protagonismo público que ela própria granjearia com a divulgação. Estou a falar-vos de uma mulher que foi presa, torturada, que saiu da cadeia e voltou às lutas que culminariam, faz hoje cinquenta anos, com a conquista das 8 horas de trabalho rural, no Portugal de Salazar. O que Maria Rosa Viseu queria saber era se

a memória poderia trazer consigo a esperança. Se os discursos sobre o passado constituem uma revisitação, o que a interessava era se o conhecimento desse passado trazia consigo a esperança. O que hoje estamos aqui a fazer é a agir sobre o passado, resgatando-o, demonstrando em pedra que somos herdeiros dele, e que com esperança havemos de construir um futuro. Como escreve Ernst Bloch, a esperança é o que permite ao obscuro tornar-se claro. Os lugares que ainda não temos, os tempos que virão e que nos estimulam o desejo de estar vivos, este triunfo sobre Thanatos, aprendemo-lo com estes homens, porque a esperança não é passiva, nem prisioneira do nada: é a «*pequenina luz bruxuleante*» de que fala Jorge de Sena. Ela engrandece-nos, não nos diminui, obriga-nos a projetar-nos no devir de que nós próprios fazemos parte. Como nos ensina Ernst Bloch, a esperança não suporta esta vida de cão passiva que se sente atirada para fora da existência, constituindo uma incitação a prosseguir, a encontrar caminho enquanto andamos, acompanhados. Aqueles que lembramos acompanham-nos – e são bem-vindos.

Finalmente, prometi uma carta, embora não tenho sido eu que a escrevi nem que a recebi e também não esteja a violar correspondência de ninguém. Não é uma carta *stricto sensu*, mas um extraordinário poema de Jorge de Sena, inspirado no quadro de Goya sobre os fuzilamentos de maio de 1808. Jorge de Sena (1919-1978), que conheceu ele próprio o exílio, primeiro no Brasil, mais tarde nos Estados Unidos, foi dos mais grandiosos poetas da língua portuguesa do séc. XX. Sem que eu tenha dotes para a leitura de poesia, permitam-me que vos leia, a terminar, um poema escrito em Lisboa em 25/6/1959, «*Carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Goya*»

*Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso.  
É possível, porque tudo é possível, que ele seja  
aquele que eu desejo para vós. Um simples mundo,  
onde tudo tenha apenas a dificuldade que advém  
de nada haver que não seja simples e natural.  
Um mundo em que tudo seja permitido,  
conforme o vosso gosto, o vosso anseio, o vosso prazer,*

*o vosso respeito pelos outros, o respeito dos outros por vós.  
E é possível que não seja isto, nem seja sequer isto  
o que vos interesse para viver. Tudo é possível,  
ainda quando lutemos, como devemos lutar,  
por quanto nos pareça a liberdade e a justiça,  
ou mais que qualquer delas uma fiel  
dedicação à honra de estar vivo.  
Um dia sabereis que mais que a humanidade  
não tem conta o número dos que pensaram assim,  
amaram o seu semelhante no que ele tinha de único,  
de insólito, de livre, de diferente,  
e foram sacrificados, torturados, espancados,  
e entregues hipocritamente à secular justiça,  
para que os liquidasse «com suma piedade e sem efusão de sangue.»  
Por serem fiéis a um deus, a um pensamento,  
a uma pátria, uma esperança, ou muito apenas  
à fome irresponsável que lhes roía as entranhas,  
foram estripados, esfolados, queimados, gaseados,  
e os seus corpos amontoados tão anonimamente quanto haviam vivido  
ou suas cinzas dispersas para que delas não restasse memória.  
Às vezes, por serem de uma raça, outras  
por serem de uma classe, expiaram todos  
os erros que não tinham cometido ou não tinham consciência  
de haver cometido. Mas também aconteceu  
e acontece que não foram mortos.  
Houve sempre infinitas maneiras de prevalecer,  
aniquilando mansamente, delicadamente,  
por ínvios caminhos quais se diz que são ínvios os de Deus.  
Estes fuzilamentos, este heroísmo, este horror,  
foi uma coisa, entre mil, acontecida em Espanha  
há mais de um século e que por violenta e injusta  
ofendeu o coração de um pintor chamado Goya,*

*que tinha um coração muito grande, cheio de fúria  
e de amor. Mas isto nada é, meus filhos.  
Apenas um episódio, um episódio breve,  
nesta cadeia de que sois um elo (ou não sereis)  
de ferro e de suor e sangue e algum sémen  
a caminho do mundo que vos sonho.  
Acreditai que nenhum mundo, que nada nem ninguém  
vale mais que uma vida ou a alegria de tê-la.  
É isto o que mais importa - essa alegria.  
Acreditai que a dignidade em que hão-de falar-vos tanto  
não é senão essa alegria que vem  
de estar-se vivo e sabendo que nenhuma vez  
alguém está menos vivo ou sofre ou morre  
para que um só de vós resista um pouco mais  
à morte que é de todos e virá.  
Que tudo isto sabereis serenamente,  
sem culpas a ninguém, sem terror, sem ambição,  
e sobretudo sem desapego ou indiferença,  
ardentemente espero. Tanto sangue,  
tanta dor, tanta angústia, um dia  
- mesmo que o tédio de um mundo feliz vos persiga -  
não hão-de ser em vão. Confesso que  
muitas vezes, pensando no horror de tantos séculos  
de opressão e crueldade, hesito por momentos  
e uma amargura me submerge inconsolável.  
Serão ou não em vão? Mas, mesmo que o não sejam,  
quem ressuscita esses milhões, quem restitui  
não só a vida, mas tudo o que lhes foi tirado?  
Nenhum Juízo Final, meus filhos, pode dar-lhes  
aquele instante que não viveram, aquele objecto  
que não fruíram, aquele gesto  
de amor, que fariam «amanhã».*

*E, por isso, o mesmo mundo que criemos  
nos cumpre tê-lo com cuidado, como coisa  
que não é nossa, que nos é cedida  
para a guardarmos respeitosamente  
em memória do sangue que nos corre nas veias,  
da nossa carne que foi outra, do amor que  
outros não amaram porque lho roubaram.*